

v.2, n.9, 2025 - Setembro

REVISTA O UNIVERSO OBSERVÁVEL

A REPRESENTAÇÃO DO NEGRO NO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA DO BRASIL

Tatiana de Souza Damião¹

Revista O Universo Observável
DOI: 10.5281/zenodo.17219308
[ISSN: 2966-0599](https://doi.org/10.5281/zenodo.17219308)

¹Possui graduação em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB); Especialista em Educação Especial (UNEB) e Educação Infantil e Alfabetização (FAVENI); Mestre em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação - GESTEC (UNEB), Professora da Educação Básica da Rede Municipal de Salvador.

E-mail: tatianameireles2016@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-0335-4442>



A REPRESENTAÇÃO DO NEGRO NO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA DO BRASIL

Tatiana de Souza Damião



PERIÓDICO CIENTÍFICO INDEXADO INTERNACIONALMENTE

ISSN

International Standard Serial Number
2966-0599

www.ouniversoobservavel.com.br

Editora e Revista

O Universo Observável

CNPJ: 57.199.688/0001-06

Naviraí – Mato Grosso do Sul

Rua: Botocudos, 365 – Centro

CEP: 79950-000

RESUMO

O artigo analisa a representação do negro nos livros didáticos de História do Brasil, abordando como esses materiais perpetuam ou questionam estereótipos raciais. Destaca-se o papel central do livro didático como ferramenta pedagógica e ideológica, refletindo tensões históricas e sociais. Durante séculos, tais materiais reforçaram narrativas eurocêntricas que relegaram populações negras à invisibilidade ou a papéis subalternos, contribuindo para a manutenção de desigualdades raciais. O estudo baseia-se em uma revisão narrativa de literatura e explora as implicações dessas representações na formação identitária dos estudantes negros e na percepção social da história afro-brasileira. O artigo contextualiza historicamente o surgimento e a evolução dos livros didáticos e como suas narrativas foram moldadas por interesses das elites dominantes. Apresenta o conceito de representação a partir dos estudos de Stuart Hall e como se deu a representação do negro no livro didático de História do Brasil. Aponta também a relevância da Lei 10.639/2003 como marco histórico para promover uma educação antirracista. Conclui-se que a revisão das representações dos negros nos livros de história é essencial para promover a inclusão e combater estereótipos. Ao reconhecer o protagonismo negro na formação do país, os materiais didáticos podem contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, consciente e plural, reafirmando a importância de políticas educacionais que fortaleçam o combate ao racismo e a valorização das identidades afro-brasileiras.

Palavras-chave: livro didático; representação; negro; educação antirracista; história afro-brasileira.

ABSTRACT

This article analyzes the representation of black people in Brazilian History textbooks, addressing how these materials perpetuate or question racial stereotypes. The article highlights the central role of textbooks as pedagogical and ideological tools, reflecting historical and social tensions. For centuries, such materials have reinforced Eurocentric narratives that relegated black populations to invisibility or subordinate roles, contributing to the maintenance of racial inequalities. The study is based on a narrative review of literature and explores the implications of these representations on the identity formation of black students and on the social perception of Afro-Brazilian history. The article historically contextualizes the emergence and evolution of textbooks and how their narratives were shaped by the interests of the dominant elites. It presents the concept of representation based on the studies of Stuart Hall and how black people were represented in Brazilian History textbooks. It also highlights the relevance of Law 10.639/2003 as a historical milestone to promote anti-racist education. It is concluded that reviewing the representations of black people in history books is essential to promote inclusion and combat stereotypes. By recognizing the leading role of black people in the formation of the country, teaching materials can contribute to the construction of a more just, conscious and plural society, reaffirming the importance of educational policies that strengthen the fight against racism and the appreciation of Afro-Brazilian identities.

Keywords: textbook; representation; black; anti-racist education; afro-brazilian history.

1 INTRODUÇÃO

A representatividade das populações negras nos materiais didáticos é um tema que tem despertado crescente interesse entre educadores nas últimas décadas, especialmente no Brasil, país marcado por uma história de colonização, escravidão e desigualdades raciais e sociais. A educação tem um papel fundamental na formação identitária dos indivíduos e na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. No entanto, os livros didáticos, que se constituem em ferramentas fundamentais no processo de ensino-aprendizagem, por um período longo da nossa história, perpetuaram visões limitadas, estereotipadas e invisibilizaram as contribuições dos negros na história e na cultura do povo brasileiro, em detrimento de um projeto de poder que propunha a formação de uma identidade nacional para controle das massas em favor das elites.

Discutir sobre esta temática propõe uma reflexão sobre o lugar dos sujeitos no livro didático, sobretudo da população negra. Essa dinâmica desafia o educador a pensar o ambiente educacional para a valorização da diversidade e promoção de uma educação antirracista.

O problema de pesquisa que orienta este estudo está centrado na seguinte questão: De que maneira o negro foi representado nos livros didáticos de história do Brasil? Essa indagação busca compreender como a presença do negro nesses materiais refletem ou reforçam as estruturas sociais que marginalizam populações negras no decorrer do período da História estudado. Além disso, permite refletir como tais representações podem influenciar na formação da identidade dos estudantes negros e na percepção dos demais sobre a história e cultura afro-brasileiras.

O objetivo desta pesquisa consiste em entender como se deu a representação do negro nos livros didáticos de História do Brasil, buscando identificar os padrões de representação, identificar a

presença de estereótipos ou lacunas na abordagem histórica.

A metodologia da pesquisa será desenvolvida por meio de uma revisão narrativa de literatura. Esse tipo de método permite uma ampla descrição sobre o assunto, mas não esgota todas as fontes de informação, visto que sua realização não é feita por busca e análise sistemática dos dados (Cavalcante, Oliveira, p. 85, 2020). A revisão narrativa se caracteriza pela síntese de estudos já publicados, possibilitando identificar tendências, lacunas e convergências nos debates acadêmicos e pedagógicos relacionados à representação dos negros em livros didáticos.

No contexto educacional brasileiro, é importante destacar a Lei 10.639/2003, que tornou obrigatória a inclusão da história e cultura afro-brasileira nos currículos escolares. Apesar desse avanço legal, estudos apontam desafios na implementação efetiva dessas diretrizes, tanto no que se refere à formação de professores quanto à qualidade dos materiais didáticos disponíveis. Assim, este estudo também se insere em uma reflexão mais ampla sobre o papel da educação na promoção das relações étnico-raciais.

Este artigo está estruturado em três seções principais, além desta introdução. A primeira apresenta o referencial teórico que trata sobre a história do livro e a história do livro didático, e o conceito de representação. A segunda seção aborda os resultados da revisão narrativa, destacando a presença do negro no livro didático de História do Brasil. Por fim, a terceira seção é dedicada às considerações finais, nas quais reflete sobre as implicações dos achados para a educação e para a elaboração de materiais didáticos numa perspectiva de uma educação antirracista.

2 O LIVRO DIDÁTICO

Antes de iniciar a discussão sobre o livro didático vale mencionar que o livro enquanto objeto da cultura escrita é uma invenção moderna. De acordo com os estudos de Chartier (1999) até o ano de 1450 o livro era produzido através de cópias manuscritas. Após a revolução de Gutenberg o escrito passou a ser produzido a partir da utilização de tipos móveis e da prensa. Tal técnica diminuiu os custos e o tempo na produção do livro.

Apesar da inovação tecnológica como do texto impresso, Chartier (1999) destaca a continuidade entre os livros manuscritos e os impressos, como o formato do códex e os elementos estruturais (páginas, índices etc.). Ele observa que mesmo com a chegada de Gutenberg, os manuscritos continuaram a coexistir com os livros impressos por séculos.

No tocante a história dos manuais didáticos como objeto de aprendizagem a primeira referência

de livro didático vem do religioso Comenius que em 1657 publica a Didática Magna, propondo a ideia de material para o desenvolvimento do indivíduo. Neste contexto, surge a ideia de livro didático. A proposta da Didática Magna vinha se contrapor ao ensino no período Feudal e apresentava um currículo didático mais sistematizado com orientações metodológicas no que diz respeito a relação professor/ aluno. O documento era sobretudo baseado nas ideias em torno do processo de transição do feudalismo para o sistema capitalista (Pina, 2009).

Conforme os estudos de Pina (2009) sobre a história do livro didático, Comenius defendia que o ensino não precisava de leituras extensas de clássicos. Na visão do educador o ensino deveria ser algo mais sistematizado e controlado. O ideário de uma proposta pedagógica pensada na economia de tempo para produção manufatureira e no controle moral da sociedade. Desta forma, Comenius propunha que o livro didático fosse redigido com conteúdos simples e universais. Ele já indicava a necessidade de livro para professores e alunos.

Sobre o papel do livro didático como uma ferramenta central no desenvolvimento da escola moderna, especialmente no contexto das transformações socioeconômicas que marcaram a transição da Europa para a modernidade vejamos as ideias de Comenius:

Para ele o livro didático era uma possibilidade de baratear e simplificar o trabalho didático, tão carente de livros clássicos e professores bem-preparados. Assim, estava sistematizado, então, o modelo da escola moderna, fruto das modificações socioeconômicas experimentadas pela sociedade europeia, na sua transição para a modernidade (Pina, 2009, p.23).

O livro didático é descrito como uma solução prática para dois grandes desafios da educação naquela época: custo e qualidade do ensino. Ele é considerado uma forma de democratizar o acesso ao conhecimento, já que barateava o processo de ensino e organizava os conteúdos de forma sistemática para facilitar o trabalho de professores e alunos. Na visão de Comenius a escola moderna e o livro didático são apresentados como respostas às demandas de uma sociedade em transição, onde a educação formal se torna um mecanismo para acompanhar as mudanças na economia, no trabalho e na organização social.

No sentido de compreender como se deu o processo histórico do livro didático no Brasil vale mencionar a conjuntura da educação brasileira a partir da chegada dos portugueses. Nesse interim, no período colonial não havia um sistema educacional vigente, o ensino era incumbência dos Padres Jesuítas e apenas parte da população frequentava a escola. Com a chegada do Império criou-se a Lei de

Ensino, de 1827, que organizou o sistema educacional. As escolas foram pensadas para oferecer educação à elite socioeconômica da época e o livro didático surge neste contexto. Assim, houve uma **preocupação com a produção, circulação e o controle** dos livros que eram utilizados nas instituições de ensino, destacando o **papel do Estado** na centralização e regulamentação dos materiais utilizados para fins pedagógicos (Pina, 2009).

Com **relação a história do livro didático** e o seu papel social como um instrumento vinculado às estruturas de controle e organização do sistema educacional, vejamos o que diz Bittencourt (1993, p. 17):

O estabelecimento da educação escolar foi planejado e acompanhado pelo poder governamental que passou a se utilizar de vários mecanismos para direcionar e controlar o saber a ser disseminado. Dentro de tais perspectiva, o livro didático constitui-se em um instrumento privilegiado do controle estatal sobre o ensino e aprendizagem dos diferentes níveis escolares.

A autora Bittencourt (1993) ressalta que o livro didático foi concebido como uma **ferramenta de uniformização** do ensino. Ele servia para alinhar o pensamento e os conteúdos ensinados nas escolas de acordo com os interesses e valores definidos pelo Estado. Esse controle tinha o objetivo de **padronizar o aprendizado**, garantindo que certos **valores, normas e crenças** fossem transmitidos às gerações futuras. Assim, o livro didático cumpria não apenas uma função pedagógica, mas também **ideológica**, ajudando a consolidar um modelo de sociedade alinhado aos interesses do governo da época de manutenção dos privilégios das elites e invisibilidade dos sujeitos a margem da sociedade representados pela população negra e indígena.

3 O CONCEITO DE REPRESENTAÇÃO

No sentido de compreender como se deu a presença do negro nos materiais didáticos de História é relevante conhecer o que diz Hall (2016) sobre o conceito de representação. Para ele a representação:

[...] significa utilizar a linguagem para, inteligivelmente, expressar algo sobre o mundo ou representá-lo a outras pessoas." Pode-se perguntar com toda a razão: "Mas isso é tudo?" Bem, sim e não. Representação é uma parte essencial do processo pelo qual os significados são produzidos e compartilhados entre os membros de uma cultura. Representar envolve o uso da linguagem, de signos e imagens que significam ou representam objetos (Hall, 2016, p. 31)

Conforme Hall (2016), a representação é entendida, como um processo de produção de significado através da linguagem, sendo

fundamental para a formação de identidades sociais e culturais. No contexto educacional, a representação é um conceito que no que tange ao livro didático é uma concepção chave na construção de narrativas históricas e no reforço ou questionamento de estereótipos raciais.

No que diz respeito a representação do negro e os estereótipos construídos sobre este sujeito social no decorrer da História a partir da lógica das diferenças raciais conforme Hall (2016) três momentos da História delinearam as representações raciais no Ocidente. O primeiro momento foi o processo inicial de comercialização de escravos entre a Europa e a África Ocidental, ocorrida no século XVI. O segundo momento foi marcado pela colonização africana, no século XIX, no qual o continente foi dividido entre as potências europeias para exploração territorial em diferentes aspectos. O terceiro momento foram as migrações pós Segunda Guerra Mundial que impulsionou o deslocamento de populações de países considerados de Terceiro Mundo para Europa e a América do Norte. Para o autor esses três encontros históricos forjaram as percepções e imagens sobre raça no pensamento ocidental.

De acordo com os estudos de Hall (2016), durante o período da escravidão, as representações populares da diferença racial concentravam-se em dois temas principais. A primeira temática era alicerçada na ideia de subordinação e da preguiça considera inata a população negra. Neste entendimento, os negros eram vistos como naturalmente destinados à servidão, mas também como teimosos e indispostos ao trabalho. A segunda temática era cunhada na idealização do primitivismo e incapacidade cultural. Nesta perspectiva os negros eram retratados como simples, primitivos e incapazes de alcançar os refinamentos da civilização branca.

Conforme os moldes de representação citados anteriormente a população negra e sua cultura eram vistas naturalmente pela sociedade escravagista nos séculos XVIII e XIX como inferior aos brancos e a cultura europeia. A condição escrava era vista com naturalidade naquela época. Tal comportamento demarcavam as desigualdades a partir de uma perspectiva racial. Vejamos sobre este ponto o que diz Hall (2016):

A prática de reduzir as culturas do povo negro à natureza, ou naturalizar a "diferença" foi típica dessas políticas racializadas da representação. A lógica por trás da naturalização é simples. Se as diferenças entre negros e brancos são "culturais", então elas podem ser modificadas e alteradas. No entanto, se elas são "naturais" – como acreditavam os proprietários de escravos –, estão além da história, são fixas e permanentes. A "naturalização" é, portanto, uma estratégia representacional que visa fixar a "diferença" e, assim, ancorá-la para sempre. E uma tentativa de

deter o inevitável "deslizar" do significado para assegurar o "fechamento" discursivo ou ideológico (Hall, 2016, p. 171).

Deste modo, compreende-se que as representações do negro na condição de naturalmente primitivo, incapaz, preguiçoso e teimoso era uma maneira de demarcar as diferenças entre negros e brancos. Conforme Hall (2016) era comum e natural as representações dos negros associadas a cenas de servidão as pessoas brancas ou submetidas a castigos por rebeldia ao trabalho escravo. Neste contexto, a naturalização das diferenças raciais era sobretudo um processo de manutenção e controle dos discursos ideológicos de poder da classe dominante sobre os grupos sociais desprivilegiados.

Além dos modelos de representação supracitados havia ainda os selvagens nobres e os nativos felizes. Os selvagens nobres eram considerados os bons escravos e cristãos. Já os nativos felizes eram "[...] artistas negros, menestrelis e tocadores de banjo que pareciam não ter cérebro, mas cantavam, dançavam e faziam piadas o dia todo para entreter os brancos; ou os "malandros" (Hall, 2016, p. 172).

Nesses modelos de representação o negro era mais tolerado, porém não era socialmente aceito. Em linhas gerais, os estereótipos de representação das populações negras mencionadas era uma maneira de reduzir a importância social e cultural do povo negro através das imagens ou dos discursos propagados em diferentes espaços.

4 O NEGRO NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA DO BRASIL

O livro didático, enquanto instrumento pedagógico central na educação brasileira, possui um papel determinante na formação da identidade dos estudantes e na veiculação de valores históricos e culturais. Sua utilização vai além do simples repasse de conteúdo, configurando-se como um meio de consolidação de memórias coletivas e de disseminação de ideologias. Conforme Lajolo (1996), o livro didático tem a capacidade de determinar tanto os conteúdos quanto as estratégias de ensino, marcando significativamente o que se ensina e como se ensina nas escolas brasileiras. Em contextos de desigualdade educacional, sua importância se amplifica, sendo muitas vezes o único material didático acessível aos estudantes de baixa renda.

Historicamente, os livros didáticos de história no Brasil refletiram as tensões e disputas de poder que permearam a construção da narrativa nacional. Durante o período republicano, especialmente entre o final do século XIX e as

primeiras décadas do século XX, tais materiais foram utilizados para promover uma identidade nacional homogênea, frequentemente alinhada às perspectivas das elites dominantes (Pina, 2009). Essa narrativa hegemônica priorizava a construção de um modelo de civilização baseado em valores europeus, relegando as contribuições das populações negras a papéis subalternos ou à invisibilidade.

Ao longo do tempo, os livros didáticos consolidaram uma memória histórica seletiva, que ora valorizava feitos heroicos de figuras europeias, ora silenciava aspectos fundamentais da história afro-brasileira, como a resistência escrava e o protagonismo negro na formação do país (Pina, 2009). Esses silenciamentos reforçaram estruturas sociais hierárquicas, legitimando uma identidade nacional branca e eurocêntrica. Nesse sentido, é crucial questionar os pressupostos que guiaram a produção desses materiais e compreender como eles foram utilizados para perpetuar ou desafiar discursos de dominação racial e social.

Para iniciar esta reflexão me apoio nos estudos de Bitencourt (1999) e Pina (2009) sobre a produção didática da história do Brasil, especialmente no ensino secundário, a partir dos contextos sociais, políticos e ideológicos que moldaram os manuais de história ao longo do século XIX e início do século XX. Deste modo, segundo Bitencourt (1993, p. 205):

Os primeiros escritores de textos didáticos tiveram, estreita ligação com o saber oficial não apenas porque eram obrigados a seguir os programas estabelecidos, mas, porque estavam "no lugar" onde este mesmo saber era produzido. A primeira interlocução que eles estabeleciam era exatamente com o poder educacional institucionalmente organizado. O "lugar" de sua produção situava-se junto ao poder e era para o poder, nos colégios destinados à formação das elites, dialogando com intelectuais e políticos assentados no governo e participantes do IHGB.

Outrossim, sobre a produção do livro didático de História vinculado ao poder e ao saber, os estudos de Bitencourt (1993) alicerçaram a pesquisa de Pina (2009) e esta autora diz que os manuais didáticos eram produzidos majoritariamente por membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e esses membros possuía vínculos com o governo. Isso resultava em manuais didáticos alinhados ao saber oficial, refletindo a visão de uma classe social dominante.

Em relação aos debates de laicidade no ensino, conforme Pina (2009) em 1870 surgiram debates entre **liberais** e **católicos** sobre o conteúdo da disciplina de história. Enquanto os católicos defendiam a permanência da **história sagrada**, os liberais pleiteavam a substituição por um **conteúdo**

laico, refletindo um ensino mais alinhado à modernidade e à separação entre Igreja e Estado.

Ao final do Império e início da República a História passou a ser considerada uma disciplina de formação cidadã, e neste sentido, obrigatória nas instituições escolares. Assim, a fabricação dos livros didáticos de História apresentou novos parâmetros. Vejamos:

A produção de História do Brasil limita-se a criar um tipo de nacionalismo onde aliava-se Estado-nação e excluía-se o povo. A partir do final dos anos 70, com os avanços do processo abolicionista, foi retomada o discurso sobre democracia, renascendo alguns dos princípios da Revolução Francesa e tornou-se urgente equacionar nação=Estado=povo (Bitencourt, 1993, p. 220-221).

Após 1870 surge um discurso convergente entre nação, Estado e povo, cunhado nos princípios da Revolução Francesa, do abolicionismo e na democracia. Esse novo discurso influenciou na produção dos manuais didáticos daquele período e reafirmou a História como uma ferramenta de construção de identidade nacional. Em convergência com esses estudos Pina (2009, p. 27) aponta que o “[...] livro didático de história do Brasil cumpriu desde o nascer do Império um papel central na conformação das identidades”. Assim, a representação do negro nos livros didáticos de história está intrinsecamente ligada às concepções de nação e cidadania veiculadas por esses materiais.

Neste interim, pensar numa identidade nacional para as elites escravagista e agrária estava relacionada a uma ideia de nacionalismo conservador que estava no poder baseado em valores cristãos, brancos e europeus. Essa narrativa histórica excluía a maior parte da população sobretudo os indígenas e os negros e reforçava uma visão elitista da identidade brasileira (Pina, 2009).

Na transição do século XIX para o XX iniciou-se um processo de construção de uma identidade nacional única para todos os brasileiros alicerçados nas ideias hegemônica das civilizações europeia. Essa concepção, influenciou os currículos escolares, especialmente no ensino de História que adotou a ideia de civilização europeia como modelo ideal de progresso e propagação de ideias racistas nos manuais escolares (Pina, 2009). Os estudos de Pina apontam que havia evidências de que a História, no contexto escolar, foi usada para consolidar uma identidade nacional baseada em valores elitistas, conservadores e eurocêntricos e excluiu boa parte da população brasileira dos seus manuais pedagógicos. Essa narrativa presente nos livros didáticos reforçou as desigualdades e apagou as contribuições de grupos marginalizados, como indígenas e negros, enquanto promovia um ideal homogêneo e excludente de brasilidade.

Conforme os estudos de Pina (2009), a partir de 1950, pesquisadores começam a denunciar o racismo no livro didático sobretudo nos manuais pedagógicos de História. Contudo, somente nas últimas décadas do século XX o tema começou a ser abordado com maior frequência e sistematização. Nesta conjuntura, houve um avanço nas pesquisas sobre a temática impulsionadas por movimentos sociais que denunciavam o racismo no Brasil, a exemplo do Movimento Negro Unificado (MNU).

Pina (2009) faz uma análise dos estudos de diversos pesquisadores que denunciaram o racismo do livro didático a exemplo de Fúlvia Rosembergue com a obra “Racismo em Livros Didáticos brasileiros e seu combate: uma revisão de literatura” (2003) e Ana Célia Silva com as obras “O estereótipo e o preconceito em relação ao negro no livro de Comunicação” e “Expressão de 1º grau – nível I (1988); A discriminação do negro no livro didático” (1995); “As transformações da representação do negro no livro didático e seus determinantes” e “Desconstruindo a discriminação do negro no livro didático” (2001). As pesquisas destacaram aspectos preocupantes, como a sistemática depreciação de personagens negros, sua associação à subalternidade e a universalização de uma identidade branca, que frequentemente era apresentada como natural e superior. Nesse contexto, os livros didáticos eram não apenas um reflexo das desigualdades sociais, mas também agentes de reprodução de estereótipos e discriminação racial.

Em 2003 foi promulgada a Lei 10.639 que alterou a Lei de Diretrizes Bases da Educação (LDB) de 1996. A Lei tinha o objetivo de incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira. Essa medida visou corrigir um longo processo de invisibilização e sub-representação das contribuições africanas na formação da identidade brasileira. Além de ampliar o conteúdo histórico abordado nas escolas, a Lei buscou promover uma educação antirracista, reconhecer o papel central da população negra na construção do Brasil, especialmente nos âmbitos cultural, social e econômico.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo destacou o papel central do livro didático como ferramenta pedagógica e instrumento ideológico ao longo da história do Brasil. Embora tenha contribuído para democratizar o acesso ao conhecimento, o livro didático também foi utilizado para consolidar narrativas alinhadas aos interesses das elites dominantes, o que resultou na invisibilização das contribuições das populações negras. Essas representações reforçaram desigualdades raciais e silenciaram aspectos

fundamentais da história afro-brasileira, como a resistência escrava e o protagonismo negro na formação do país. Diante disso, torna-se evidente a necessidade de repensar os paradigmas de produção e uso desses materiais, promovendo uma abordagem mais inclusiva e crítica.

No contexto histórico analisado, as representações do negro nos livros de História do Brasil foram marcadas por discursos hegemônicos que naturalizavam estereótipos racistas e relegavam os negros a papéis subalternos ou idealizados. Essa dinâmica reforçou a exclusão simbólica das populações negras do protagonismo histórico e perpetuou visões limitadas sobre sua importância cultural e social. A pesquisa evidencia que a revisão dessas narrativas é um passo essencial para garantir uma proposta de educação antirracista.

Apesar dos avanços legais promovidos pela Lei 10.639/2003, que tornou obrigatória a inclusão da história e cultura afro-brasileira nos currículos escolares, os desafios para a implementação efetiva ainda são significativos. Possíveis lacunas no que diz respeito a formação de professores e a qualidade dos materiais didáticos disponibilizados nas escolas demonstram a necessidade de políticas públicas robustas para garantir que as diretrizes legais se traduzam em práticas pedagógicas eficazes. Essa legislação, embora essencial, precisa ser acompanhada de esforços que assegurem sua aplicação no cotidiano das escolas.

A pesquisa reforça a necessidade de produzir livros didáticos que valorizem a história e a cultura afro-brasileira na perspectiva de desconstruir estereótipos, fortalecer a identidade dos estudantes negros e fomentar uma consciência coletiva mais equitativa. A promoção de uma educação antirracista não só beneficia indivíduos, mas também contribui para o avanço de uma sociedade com mais igualdade racial.

Desta forma, o estudo convida educadores, pesquisadores e gestores educacionais refletirem sobre o papel dos livros didáticos na formação identitária e na promoção de uma educação antirracista. Reavaliar as representações presentes nesses materiais é indispensável para construir uma narrativa histórica que celebre a pluralidade do povo brasileiro e reconheça as contribuições de todas as populações na formação de uma identidade nacional.

REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar*. 1993. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 24 jan. 2025.

CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. São Paulo: Editora Unesp, 1999.

CAVALCANTE, Livia Teixeira Canuto; OLIVEIRA, Adélia Augusta Souto de. Métodos de revisão bibliográfica nos estudos científicos. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 83-102, abr. 2020.

HALL, Stuart. *Cultura e representação*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2016.

LAJOLO, Marisa. *Livro didático: um (quase) manual de usuário*. Em *Aberto*, Brasília, ano 16, n. 69, jan./mar. 1996. Disponível em: <https://emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/2368/2107>. Acesso em: 24 jan. 2025.

PINA, Maria Cristina Dantas. *Livro didático e escravidão: os textos e contextos de João Ribeiro, Rocha Pombo e Borges dos Reis*. 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

ROSEMBERG, Fúlvia; BAZILI, Chirley; SILVA, Paulo Vinicius Baptista. *Racismo em livros didáticos brasileiros e seu combate: uma revisão de literatura*. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 125-146, jan./jun. 2003.

SANTOS, Lorene dos. *Ensino de História e a Lei 10.639/03: diálogos entre campos de conhecimento, diretrizes curriculares e os desafios da prática*. *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v. 12, n. 17, 2011. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/view/P.2237-8871.2011v12n17p59>. Acesso em: 27 jan. 2025.